

Criacionismo *versus* evolucionismo: literalismo religioso e materialismo darwiniano em questão

Nelio Bizzo *

Resumo: A ideia de que Charles Darwin tenha sido um paladino do materialismo, difundindo ativamente o ateísmo, é uma ideia equivocada. Da mesma forma, é equivocada a crença de que seus inimigos do campo religioso lessem a Bíblia de maneira literal, observando estritamente cada palavra e cada ensinamento nela contidos. Neste artigo, procuramos demonstrar que Charles Darwin não deixou de reverenciar e mesmo admitir a necessidade de um Criador, havendo passagens inequívocas nesse sentido em sua maior publicação, *Origem das Espécies*. Uma leitura das modificações introduzidas entre 1859, por ocasião da primeira edição, e 1872, a sexta e última na qual introduziu mudanças, pode evidenciar essa postura reverencial. Os criacionistas, mesmo os ditos literalistas, realizavam leituras interpretativas dos livros sagrados eleitos por suas doutrinas. A leitura comparativa de diversos trechos no Novo Testamento não pode ser feita literalmente, demandando interpretações, as quais contrastam frontalmente com a ideia de observância rigorosa de cada palavra escrita. Ao mesmo tempo, há passagens que nos remetem imediatamente à ideia de evolução biológica, se lidas de maneira literal, o que transformaria literalistas em evolucionistas instantaneamente. Por fim, são investigadas similaridades entre descobertas científicas, como as de Galileu e Darwin, e seitas cristãs heréticas, como o Docetismo e o Gnosticismo.

Palavras-chave: criacionismo; religião e evolução; materialismo; agnosticismo

* Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Av. da Universidade 308, São Paulo, São Paulo, CEP 05508-040. E-mail: bizzo@usp.br

Creationism versus evolutionism: religious literalism and darwinian materialism in question

Abstract: The idea that Charles Darwin was a champion of materialism, actively spreading atheism is a wrong idea. Likewise, the idea that his enemies in the religious field read the bible literally, strictly observing every word, is a misguided belief that. In this paper, we demonstrate that Charles Darwin did not fail to revere and even admit the need for a Creator, with clear passages accordingly in greatest publication, *Origin of Species*. A careful reading of the changes made between 1859, when the first edition was published, and in 1872, the sixth and final one, in which he introduced important changes, may show this reverential attitude. Creationists, even self-proclaimed literalists, perform interpretive readings of the sacred books chosen for their doctrines. A comparative reading of several passages in the New Testament shows clearly the need of interpretations, in stark contrast to the idea of strict observance of each written word. There are passages that recall immediately the idea of biological evolution, if read in a literal manner, what should turn literalists into evolutionists instantly. Finally, similarities between scientific discoveries, such as Galileo's and Darwin's, and apologetic forms of heretical Christian doctrines, such as Docetism and Gnosticism, are investigated.

Key-words: creationism; religion and evolution; materialism; agnosticism

1 INTRODUÇÃO: LITERALISTAS DE QUAL TEXTO?

“Supor que essas cartas [de São Paulo] tenham sido endereçadas a uma tribo incivilizada, incapaz de pensar ou refletir, é tão razoável quanto supor que John Locke tenha escrito seu *Ensaio para o entendimento humano* para a instrução de selvagens”. (William Paley, 1809, p. 215)

Pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Gallup no período compreendido entre 1977 e 2010 revelou que 3 em cada 10 cidadãos norte-americanos acreditam que “a Bíblia expresse as palavras de Deus, e que deva ser entendida literalmente, palavra por palavra” (Jones, 2011). Essa proporção pouco se modificou no período, tendo variado entre 40%, no início da década de 1980, até 27%, em

2001. Cerca de 50% dos norte-americanos concorda com a frase “A Bíblia traz palavras inspiradas por Deus, mas nem tudo que ela contém deveria ser lido literalmente”. Da mesma forma, nos últimos 40 anos houve pouca modificação dessas proporções, mesmo se seja notável uma tendência a partir do início dos anos 1980, quando as duas posições estavam quase empatadas. O terceiro grupo, que concorda com a frase “A Bíblia é um antigo livro de fábulas, lendas, história e lições morais registradas pelo homem”, se mantém no patamar de 20% (Jones, 2011).

A ideia de que a Bíblia possa ser lida “palavra por palavra”, sem nenhuma interpretação, foi uma das primeiras preocupações dos teólogos, que percebiam inconsistências evidentes. Santo Agostinho é tido como o grande mestre que conseguiu conciliar a Bíblia com a ciência, reverenciado por ampla gama de cristãos como grande doutor da igreja, falecido no ano 430 da era cristã. Evidentemente, não poderia ter adiantado nada do litúgio de Galileu com a Igreja, mas da ciência de seu tempo, a aristotélica.

Ao ler o livro do Gênesis, pode-se saber quando foram criados alguns dos quatro elementos básicos da ciência dos gregos antigos, como a terra, e a água; pode-se inferir que o fogo tenha sido criado junto com a luz, mesmo se, na tradição judaica, a criação da luz não deva ser entendida literalmente como a luz visível, mas algo como “a luz da razão”. Adiante, sabe-se quando foram criados os céus. No entanto, para os aristotélicos havia uma lacuna muito grave: não há menção sobre a criação do ar, um dos elementos básicos. Se o universo era composto de quatro elementos – ar, terra, água e fogo – e Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) tinha apontado a necessidade de um quinto elemento, o éter, que constituiria o espaço supralunar (os “céus”?), por que razão o livro sagrado para judeus e cristãos não diz uma palavra sobre a criação desse elemento tão importante? Essa era uma razão de controvérsia ente o livro do Gênesis e a ciência dos primórdios da era cristã.

Séculos mais tarde, a teologia cristã passará por outra reformulação importante, na qual se servirá de Aristóteles e Santo Tomás Aquino (1227-1274) e produzirá uma nova aproximação que resultará no aristotelismo tomista. Mesmo se não foi reconhecido em seu tempo, Tomás de Aquino passará a ser reconhecido adiante, no Concílio

de Trento (séc. XVI) como uma grande referência, no evento que sedimentou o chamado Cisma Protestante, uma vez que não reconheceu os questionamentos de teólogos europeus quanto a diversos aspectos da doutrina, entre eles a acuidade do texto bíblico então em uso.

A discussão de Tomás de Aquino sobre a ausência de referência sobre a criação do ar no Antigo Testamento foi inclusive utilizada por Galileu em sua famosa Carta à Granduquesa de Lorena (de 1615), pois não apenas falta referência da criação desse elemento grego como inclusive se afirma sua inexistência: “Deus estendeu o céu sobre o vazio e suspendeu a terra sobre o nada” (Jó 26:7, Bíblia Sagrada, 2007). Galileu retoma as teses de Tomás de Aquino, que concluiu com isso, que o escrito sagrado não está defendendo a existência do vácuo, e o florentino chegou a reproduzir as palavras do santo a esse respeito, em seu “Comentário sobre Jó”, e acrescentou uma observação sobre a aparente contradição das Escrituras com o sistema copernicano:

“O que nos aparece no hemisfério superior do céu nada mais é senão espaço cheio de ar que os homens do vulgo julgam vazio; a Sagrada Escritura fala, pois, de acordo com o julgamento dos homens do vulgo, como é seu costume”. Ora, a partir dessa passagem, parece-me que se pode argumentar bastante claramente que a Escritura Sagrada, pela mesma consideração, teve muito maior razão de chamar o Sol móvel e a Terra estável. (Galilei [1615], 2009, p. 83).

A própria necessidade de encontros e formação de colegiados, desde o Concílio de Jerusalém (séc. I, relatado no Novo Testamento), e o de Niceia (325 d.C.), que contribuíram para novos entendimentos do texto bíblico, revela a impropriedade da crença de que ele possa ser lido palavra por palavra em sua forma original, sem nenhuma interpretação, sem a necessidade de algum direcionamento da leitura ou do pensamento. Além dessa dedução, há que se lembrar que a Bíblia é uma coleção de textos, escolhidos em detrimento de outros, em certas ocasiões. A divisão em diversas denominações religiosas cristãs distintas espelha, em alguns casos, discordância em relação às versões desses livros acolhidas para compor o credo religioso. Além disso, após a seleção de textos, foram realizadas diversas descobertas, algumas delas totalmente acidentais, revelando textos antigos relacio-

nados com os livros sagrados, alguns dos quais trazem relatos muito similares, sem que se tenha cogitado incorporá-los à Bíblia.

Os chamados *Manuscritos do Mar Morto* constituem um exemplo; escritos em aramaico, hebraico e grego, são genuinamente da época de Jesus Cristo e trazem transcrições de livros sagrados do Antigo Testamento (com exceção de Ester), dos chamados “Livros Apócrifos”, excluídos da Bíblia. O livro de Isaías é incrivelmente similar ao texto reconhecido até hoje, sendo de consenso entre os especialistas de que se trate de um conjunto de escritos de um grupo judaico de dois mil anos atrás, quase certamente os Essênios, uma das seitas de judeus daquela época, que se opunha aos judeus aristocratas, os fariseus e saduceus. Em 1945, poucos anos antes daquela descoberta, foram encontrados no Egito, próximo à cidade de Nag Hammadí, outro conjunto de escritos, na língua copta, que trouxe novas e surpreendentes descobertas, possivelmente do modo de vida dos primeiros cristãos e que forma as chamadas *Escrituras Gnósticas* (Robinson, 1988), embora esse nome seja criticado por alguns especialistas, que preferem o nome *Biblioteca de Nag Hammadí*. Entre esses escritos figuram o evangelho de Tomás e o de Maria Madalena (o qual, aliás, desautoriza toda a fantasia construída em seu nome no cinema, TV e em livros de sucesso), além de um escrito que recebeu o nome de *Sobre a origem do Mundo* (II,5 e XIII,2).

Diferentes tradições gnósticas foram incorporadas a esse escrito. O mundo não teria sido criado por um Deus, mas teria surgido por força de um acidente cósmico, controlado por deuses e anjos de hierarquia menor, dos quais falaria o Antigo Testamento; nesse “mundo ruim” vivemos hoje e a salvação depende de um conhecimento (*gnosis* em grego) muito particular. Esse livro da biblioteca de Nag Hammadí tem a forma de uma cosmologia, que indica a criação de vários céus, luz, sombra e água. Há também uma antropologia que fala de deuses, um dos quais teria criado um deus superior o “Deus das Forças”. O conhecimento (*gnosis*) é recebido por divindades menores, e ele é suficiente para criar o homem. O mito de Adão é mencionado, com modificações notáveis (Eva daria a luz virgem), e Jesus Cristo teria sido criado na forma de espírito, lembrando uma outra crença citada adiante neste artigo.

É impossível discutir aqui o valor desses diversos textos, e mesmo questionar ou confirmar a autenticidade de qualquer um deles, o que fugiria à especialidade do autor e aos objetivos do artigo em questão. No entanto, é evidente que quem queira acreditar na verdade desses textos antigos deverá realizar uma seleção dentre eles, ou confiar na seleção realizada no início da era cristã, inclusive nas opções de tradução das línguas antigas então utilizadas. Há necessidade inescapável de intermediação, que possa apontar quais são os textos a serem reverenciados, e mesmo quais são as versões corretas deles, e como compatibilizá-los, diante de inconsistências de diversas ordens, como veremos adiante. No entanto, isso nem de longe constitui a maior parte da necessidade de interpretação, ou seja, da impossibilidade de leituras literais “palavra por palavra”.

2 LITERALISMO E A DIVERSIDADE DE NARRATIVAS DOS EVANGELHOS

Diversas denominações religiosas cristãs, sobretudo as mais recentes, defendem posições rigidamente antagônicas ao evolucionismo, justificando-se na leitura “palavra por palavra” da Bíblia, em especial do Antigo Testamento. No entanto, entre tais denominações predominam as que se baseiam em leituras dos evangelhos, nos quais, de fato, existem reiterações dos textos mais antigos.

Os evangelhos são relatos dos apóstolos de Jesus Cristo que relatam seus feitos e de alguns de seus seguidores, sendo possível encontrar descrições de um mesmo acontecimento a partir de diferentes testemunhos. Os acadêmicos concordam que os evangelhos foram escritos após a primeira Guerra Judaico-Romana (66 d.C.-73 d.C.), sendo que três deles são muito semelhantes, os evangelhos sinópticos: Mateus, Marcos e Lucas. O quarto evangelho é o de João, havendo concordância que ele tenha sido escrito cerca de trinta anos depois do primeiro, ao redor da virada do primeiro século. Embora conhecidos por nomes de apóstolos, isso se deve apenas à tradição, e não significa necessariamente que tenham sido escritos por eles próprios, pelo menos na forma como os conhecemos hoje, embora seja possível que tenham incorporado textos originais deles, de onde derivaria seu nome (Tabor, 2006, pp. 42-43).

Esses relatos trazem fatos históricos, com certa cronologia, e exercícios teológicos, mesmo se essas duas vertentes não sejam totalmente independentes. No entanto, passagens não coincidentes nas cronologias desses relatos passam a constituir inconsistências de vulto para aqueles que defendem uma leitura “palavra por palavra”. Os literalistas seriam, assim, levados a acreditar simultaneamente em mais de uma descrição de um mesmo fato, o que é pouco razoável. O mais evidente tipo de inconsistência é de ordem cronológica, cuja verificação é objetiva (Ehrman, 2006, p. 11). Vejamos alguns exemplos.

A celebração da última ceia é uma das referências centrais para o cristianismo, logo após a qual Jesus é preso e julgado. Segundo o evangelho de Marcos, ela ocorre “No primeiro dia dos Ázimos” (Marcos 14:12-17, Bíblia Sagrada, 2007), quando dois discípulos vão à cidade e encontram o local mobiliado e preparado, para onde Jesus se dirige à tarde com os doze discípulos. No dia anterior, Jesus tinha estado em Betânia (cerca de 3 km de distância), na casa de Simão, o leproso onde teria sido ungido por Maria Madalena (Marcos 14:1-3, *ibid.*). João, outro dos discípulos, não deixa dúvida de que a celebração do mesmo evento ocorreu quase sete dias depois, eis que “seis dias antes da Páscoa, Jesus foi para Betânia, onde morava Lázaro” (João 12:1, *ibid.*), na casa de quem teve os pés ungidos por Maria (João 12:1-3, *ibid.*). A chegada em Jerusalém ocorreria dias depois, sendo que o julgamento de Jesus ocorreu na “véspera da Páscoa, por volta do meio dia” (João 19:14, *ibid.*) e a crucificação e sepultamento no próprio dia, porque “os judeus queriam evitar que os corpos ficassem na cruz durante o sábado, porque esse sábado era muito solene para eles” (João 19:31, *ibid.*).

Portanto, do ponto de vista estritamente cronológico, há uma diferença de quase seis dias entre os dois evangelhos, pois a celebração dos pães ázimos (sem fermento) ocorre ao longo desse intervalo, na Páscoa Judaica. Essa discordância é tão importante que foi matéria de longa discussão no Concílio de Niceia, quando ficou decidido que não mais haveria coincidência entre a Páscoa Judaica (a primeira Lua Cheia da primavera, como era calculada pelos sacerdotes judaicos da época) e a Cristã (o primeiro domingo de lua cheia após 21 de março), estabelecendo-se parâmetros astronômicos de cunho religioso, como o equinócio eclesiástico (invariavelmente em 21 de março, ao

contrário da data móvel da astronomia), e a lua cheia eclesíastica, que possibilitaria diferenciar o calendário cristão, de base solar, com o judaico, de base lunar.

Os especialistas apontam razões teológicas para explicar essas diferenças, que estariam ligadas ao batismo de Jesus e seu reconhecimento como “Cordeiro de Deus”, sinalizado aos primeiros cristãos que João Batista teria sido apenas uma testemunha e não o próprio Salvador, cumprindo uma importante função teológica (Aslan, 2013, pp. 81-89). De qualquer forma, resta a impossibilidade de entender literalmente, palavra por palavra, as duas narrativas, pois há reconhecidamente conflito entre elas.

Depois da última ceia, talvez a figura de Simão, irmão de André, seja a mais emblemática dentre os doze discípulos de Jesus, escolhido para ser a “pedra” (em grego πέτρα, em aramaico *Cefas*,) sobre a qual se edificaria a Igreja. Mesmo essa figura central para o cristianismo comparece no texto bíblico envolto em contradições cronológicas. Segundo Marcos, Jesus encontra Simão e seu irmão André pescando no mar da Galileia e os convoca a segui-lo, a fim de se tornarem “pescadores de homens” (Marcos 1: 16-18, Bíblia Sagrada, 2007). Isso ocorreria depois de sua saída do deserto, onde passara por tentações, e logo depois fora batizado no rio Jordão. Apenas depois eles se dirigiriam a Cafarnaum, quando teria tido início sua pregação e a sucessão de milagres. Segundo João, o encontro foi um pouco diferente, pois teria sido André a chamar a atenção de Simão a fim de se juntarem a Jesus, depois de seu batismo (João 1:40-42, *ibid.*). No entanto, segundo Lucas, a convocação foi muito diferente, pois Jesus teria sido batizado por João Batista e depois entrara no deserto, onde enfrentara as tentações do demônio. Depois disso, teria ido para a Galileia “e a sua fama correu por todas as terras em derredor”, ensinando nas sinagogas e sendo louvado por todos, até que chegara a Nazaré. Em sua cidade ele não fora bem recebido, pois não teria repetido os milagres que já teria realizado em Cafarnaum. Decidira retornar para aquela cidade, onde continuaria a ser louvado, ensinando nas sinagogas aos sábados, realizando milagres. Segundo Lucas, ao pregar no lago de Genesaré (outro nome do mar da Galileia, também chamado mar de Tiberíades, na verdade um lago de água doce), encontra pescadores cansados de uma longa e infrutífera jornada, já lavando as redes.

Após a pregação, dirige-se a um dos pescadores, que é justamente Simão, a quem já conhece, e o manda voltar ao mar, quando então muda totalmente o resultado e grande quantidade de peixes é içada nas redes. Ao final desse episódio, Simão é então convocado por Jesus para se tornar “pescador de homens” (Lucas 5:1-11, *ibid.*).

Um dos milagres que Jesus já teria operado antes do chamamento de Simão Pedro teria sido justamente a cura de uma febre de sua sogra (Lucas 4:38-39, Bíblia Sagrada, 2007). No entanto, segundo Marcos, o milagre teria ocorrido bem depois (Marcos 6: 1-6, *ibid.*), quando Simão Pedro já era um de seus discípulos.

Segundo acadêmicos, a chamada “leitura horizontal” da Bíblia conduz a inúmeras inconsistências cronológicas como essas, que envolvem momentos e personagens centrais em sua narrativa, estendendo-se, com profusão, à figura de Paulo de Tarso, outro personagem central, que se junta posteriormente ao grupo dos discípulos. Mesmo que ele não tenha testemunhado pessoalmente a pregação de Jesus Cristo (ele se converteu ao cristianismo dois ou três anos após a crucificação de Jesus), ele oferece descrições dos feitos do mestre. Mas, mesmo que não nos atenhamos a elas, a parte da Bíblia que relata os Atos dos Apóstolos traz descrições objetivas das pregações com o mesmo tipo de inconsistência cronológica (Ehrman, 2006, p. 12).

Essas ocorrências são razoáveis de serem encontradas em escritos produzidos pelo menos quarenta anos depois do ocorrido e possivelmente de maneira independente (pelo menos no caso de João). Não se pretende aqui, como dito na seção anterior, questionar a veracidade de nenhum dos relatos, mas apenas ressaltar as imensas dificuldades de uma interpretação literal de textos que têm cronologias com inconsistências, não em detalhes de pequena relevância, mas em eventos cruciais, como a convocação de Simão Pedro e a última ceia. Novamente, é necessária a intermediação de algum (ou vários) intérprete(s), capaz de lançar luz sobre o evento considerado, tomando como referência um contexto mais amplo.

3 TRADUÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Uma das mais óbvias razões de ser impossível tomar um texto antigo, escrito em uma língua que não é mais utilizada, sem algum tipo

de interpretação é o fato de ser necessário verter palavras e expressões que podem ter diversos significados, optando por um deles apenas. Uma das mais conhecidas dúvidas sobre questões centrais do texto bíblico, se refere à identidade de Jesus como “o carpinteiro” (Marcos 6:3, Bíblia Sagrada, 2007) e “filho do carpinteiro” (Mateus 13:55, *ibid.*). Esses evangelhos foram originalmente escritos em grego antigo e utilizaram o termo *tehton* (τεκτων), “que no contexto da Galileia do Século I se refere mais provavelmente a um pedreiro” (Tabor, 2006, p. 89), o que estaria inclusive de acordo com algumas passagens em que ele se refere metaforicamente a edificações bem construídas, que têm alicerces sobre rocha (Lucas 6:48, Bíblia Sagrada, 2007). Seja como for, trata-se de uma opção de tradução, que foi realizada deliberadamente, a partir de uma interpretação de seu significado teológico. Os pedreiros levavam vida mais difícil do que os escravos da época, enquanto os carpinteiros eram artesãos; provavelmente a opção da tradução pretendeu elevar o status social de Jesus (Tabor, 2006, p. 90).

Outra questão muito delicada se refere à profecia de Isaías relatada por Lucas (1:23, Bíblia Sagrada, 2007); no evangelho a palavra hebraica original “almah” aparece como “virgem” e, no Antigo Testamento (Isaías 7:14, *ibid.*), foi adotada outra opção (“jovem”), possivelmente como consequência de interpretações teológicas para cada caso (Tabor, 2006, p. 46).

Certas passagens da Bíblia tratam dos irmãos e irmãs de Jesus, as quais ganharam interpretações metafóricas no cristianismo antigo, que são seguidas até hoje, inclusive pelos chamados “literalistas”. Ao redor do século IV d.C. certas passagens do Novo Testamento deixaram de ser tomadas “palavra por palavra”, por exemplo:

Esse homem não é o carpinteiro, o filho de Maria e irmão de Tiago, de Joset, de Judas e de Simão? E suas irmãs não moram aqui conosco? (Marcos 6:3, Bíblia Sagrada, 2007)

E ainda:

Nisso chegaram a mãe e os irmãos de Jesus; ficaram do lado de fora e mandaram chamá-lo: Havia uma multidão sentada ao redor de Jesus. Então lhe disseram: “Olha, tua mãe e teus irmãos estão aí fora e te procuram” (Marcos 3:31-32, Bíblia Sagrada, 2007).

Ou então na conhecida passagem de São Paulo, em sua carta aos Gálatas:

Três anos mais tarde, fui a Jerusalém para conhecer Pedro, e fiquei com ele quinze dias. Entretanto, não vi nenhum outro apóstolo, a não ser Tiago, o irmão do Senhor. Deus é testemunha: o que estou escrevendo a vocês não é mentira. (Gálatas 1:18-20, Bíblia Sagrada, 2007)

Esses trechos apontavam para uma situação na qual a família de Jesus é grande e traz a dúvida se esses irmãos são de sangue ou não. Isso tem consequência direta para o dogma da virgindade perpétua de Maria, que ficou estabelecida ao redor do século III. Tais trechos passaram a ser interpretados de maneira não literal, entendendo “irmãos” e “irmãs” como “primos”, embora tenham sido mantidos os termos originais no texto, o que se tornou a explicação oficial de diversas denominações religiosas cristãs, inclusive dos chamados literalistas.

Na tradição grega ortodoxa, no entanto, esses termos continuaram a ser tomados literalmente, mas os irmãos foram tidos como “meio-irmãos”, ou seja, filhos de um suposto primeiro casamento de José, mas não de Maria, o que permitia admitir sua virgindade perpétua (Tabor, 2006, p. 75). Seja como for, a leitura “palavra por palavra” dos evangelhos novamente conduz a consequências muito profundas em relação à constituição da família terrena de Jesus Cristo, e a crença na virgindade perpétua de Maria necessariamente demanda interpretar o texto do Antigo e do Novo Testamento, tomando termos literais por metafóricos.

Até mesmo na tradição recente há questões relativas à tradução. Por exemplo, no trecho que Galileu fala dos comentários de Tomás de Aquino sobre o Livro de Jó, reproduzimos o texto da Bíblia atual: “Deus estendeu o céu sobre o vazio e suspendeu a terra sobre o nada” (Jó 26:7, Bíblia Sagrada, 2007). Mas o texto que Galileu tinha à época, igualmente uma Bíblia Católica, ele reproduziu literalmente como “Que estende o aquilão sobre o vácuo e suspende a Terra sobre o nada”. O termo “aquilão” hoje nos é completamente estranho, e acabou sendo substituído, tornando a frase compreensível. Trata-se de um termo do latim (*aquilone*), uma língua que Galileu dominava bem. Em latim bárbaro era comum a locução

“*in aquilonē*” para designar o lado norte (Machado, 1977, p. 157). Como indicou Carlos Arthur R. do Nascimento, tradutor daquele opúsculo de Galileu para o português, o texto original em hebraico possivelmente se referia a “fixar o norte”, uma vez que era visível a mecânica do céu noturno girando em torno do polo norte celeste (Galilei [1615], 2009, p. 83). Como vemos, a tradução tem como consequência a atualização de termos para a “compreensão do vulgo” a cada época, o que impede uma leitura “palavra por palavra” de textos que resistem por extensos períodos de tempo.

4 LITERALISTAS COMO RELATIVISTAS

A parte no Novo Testamento que sucede os quatro evangelhos é chamada Atos dos Apóstolos e se reconhece ter sido escrita provavelmente entre os anos 80 d.C. e 90 d.C., sendo seu autor o mesmo do terceiro evangelho, atribuído a Lucas, o médico que acompanhou Paulo, sendo considerada uma continuação do relato deste apóstolo. Inicialmente, pretende apresentar o caminho da salvação das pessoas, e, posteriormente, o caminho da Igreja, a dimensão comunitária dos seguidores de Jesus. O principal personagem dessa parte da Bíblia é justamente Paulo, ocupando cerca de dois terços de seu texto.

Uma das principais dúvidas em relação às primeiras comunidades cristãs se referia ao Antigo Testamento e às leis de Moisés. Inicialmente o cristianismo era visto, por alguns, como uma forma particular de judaísmo, sendo necessário ser circuncidado, respeitar o descanso do sábado e se alimentar apenas de animais purificados pelos sacerdotes. Jesus era circuncidado, bem como seus discípulos, que viviam como judeus praticantes e que tinham se tornado “judeus cristãos” depois de sua ascensão. No entanto mesmo entre eles havia discordância quanto à manutenção dos hábitos hebraicos, em especial sobre circuncisão e alimentação, tendo havido diversas disputas entre Simão Pedro e Paulo, das quais emerge a orientação geral dos cristãos, de que eles não são mais judeus, não observam o descanso do sábado (embora cristãos adventistas mantenham o hábito), não precisam se alimentar apenas de animais purificados pelos sacerdotes e não são obrigados à circuncisão.

Além dessas disputas em torno da caducidade das leis antigas, havia outras que emergiram durante a edificação das igrejas ao redor do

mundo. As Cartas dos Apóstolos são especialmente ricas em corrigir compreensões diversas sobre o real significado de pontos centrais da doutrina. Paulo é muito enfático quando escreve aos gálatas, que viviam na parte central da atual Turquia, ao dizer que o judeu de nascimento “não se torna justo pelas obras da Lei, mas somente pela fé em Jesus Cristo”, pois com a “observância da Lei ninguém se tornará justo” (Gálatas 2:15-17, Bíblia Sagrada, 2007). Já a Carta de Tiago, escrita na mesma época, tradicionalmente atribuída a “Tiago, o irmão do Senhor”, mas cujo autor os historiadores têm dúvida, é enfática ao dizer que a fé em Cristo e a observância da Lei Mosaica não são suficientes para a salvação. A carta diz que a fé deve estar aliada às obras realizadas (como a caridade, e não às obras a que se refere Paulo). O reconhecimento desta carta de Tiago foi uma das discordâncias de Martinho Lutero com o Vaticano (Ehrman, 2006, p. 166), que reconheceu ser difícil compatibilizar as duas leituras.

As primeiras comunidades cristãs divergiam em diversas outras questões centrais. Os chamados *docetas* (do grego *doketai*, adeptos da encarnação fictícia de Jesus, tidos como seita cristã herética) entendiam que Jesus não tinha sido de fato um ser humano de carne e osso, mas uma aparição frequente, uma manifestação de seu espírito. Outros, ao contrário, acreditavam que Deus tivesse adotado um judeu comum logo após seu batismo, tornando-o santo, dando especial relevo à descrição daquele episódio dada pelos evangelhos sinóticos. Uma dessas seitas era formada pelos chamados ebionitas (provavelmente derivando do hebraico *ebyon* que quer dizer “pobre”), adotavam uma versão reduzida do evangelho de Mateus, mas não o de João, e abominavam as Cartas de Paulo, considerando, ao contrário daquele apóstolo, que os judeus e gentios convertidos deveriam observar rigidamente o Antigo Testamento e as leis mosaicas (Ehrman, 2006, p. 167-172). Outros ainda entendiam haver muitos segredos na interpretação do Antigo Testamento e diziam possuir maneiras de entendê-los de uma maneira muito particular, os chamados *gnósticos*, já mencionados. Eles dominaram fórmulas secretas de revelar segredos escondidos no literalismo de certos livros, em especial do Gênesis e algumas dessas comunidades diziam ser seguidoras de Paulo (Ehrman, 2006, p. 159-160), enquanto outras comunidades cristãs gnósticas eram docéticas.

Diante do isolamento das comunidades, era de se esperar que diferentes pregadores divergissem em suas compreensões e, assim, emergissem em diferentes lugares, que ficavam longos períodos sem receber a visita de apóstolos e mensageiros, versões diferentes dos ensinamentos de Jesus. Neste ponto parecem ter sido de crucial importância as cartas dirigidas àquelas comunidades. A de Tiago, como vimos, tem autoria reconhecidamente incerta; há cartas de Paulo de Tarso que os modernos métodos de análise linguística reconhecem ter um mesmo estilo e provavelmente um mesmo autor (embora não sejam todas as reunidas na Bíblia). Curiosamente, uma das cartas atribuídas a Paulo, mas que não foi incluída na Bíblia, conhecida por historiadores como *Terceira carta aos Coríntios* mantém muita sintonia com os ensinamentos daquele apóstolo, embora tenha indiscutivelmente outra autoria (Ehrman, 2006, p. 170).

Essa carta critica frontalmente o docetismo, o qual insistia no pouco significado do Antigo Testamento para os cristãos, mas, indo muito além do que Paulo defendia, concluía que Deus não era o Todo Poderoso, não haveria ressurreição dos mortos, o homem não era criação de Deus, o Senhor não tinha vindo ao mundo na forma de carne, que ele não teria nascido de Maria e, finalmente, o mundo não teria sido criado por Deus, mas por anjos (Ehrman, 2006, p. 170).

O autor dessa *Terceira carta aos Coríntios* se detém minuciosamente nesses argumentos e os refuta um a um. O ponto central desse “Paulo” parece ser sua defesa na caducidade das leis mosaicas, mas que ela tenha sido levada longe demais, desacreditando o Antigo Testamento de maneira geral, retirando o caráter todo poderoso do Deus único e verdadeiro. Assim, essa carta, mesmo que não seja reconhecida pelas autoridades eclesiásticas como sendo autenticamente escrita por Paulo, se alinha perfeitamente com os escritos dele, que relativizara a observância da Lei. No entanto, procurava conciliar essa visão “anti-judaica” com a manutenção da observância da literalidade de certos universalismos aceitos por judeus, como a descrição do livro do Gênesis da criação de Deus do céu e da terra, compatibilizando-a com a visão cristã da virgindade de Maria, gerando o Senhor em carne pela semente de Davi, como previa o Livro de Isaías, com a intervenção do Espírito Santo, e da ressurreição dos mortos pela carne (Ehrman, 2006, p. 170-171).

Nos escritos de Nag Hammadí há referências utilizadas pelos cristãos gnósticos, em especial genealogias de divindades, e, na época em que foram escondidos (séc. IV d.C.), já eram parte de escritos considerados heréticos. Um dos sacerdotes gnósticos mais importantes foi Valentinus, que viveu em Roma em meados do século II, que tinha sido discípulo de Theudas, o qual teria sido um companheiro próximo do apóstolo Paulo. De fato, há semelhanças entre certos escritos de Paulo e os dos gnósticos, mas as chamadas *Cartas Pastorais de Paulo* (Timóteo 1 e 2 e Tito) parecem ter o claro propósito de combater os cristãos gnósticos, pois ensinavam “doutrinas diferentes” utilizando “fábulas e genealogias sem fim”, expressões literais daquelas epístolas (Ehrman, 2006, p. 160).

Os chamados Padres da Igreja, influentes teólogos que viveram entre os séculos II e VII, como Santo Agostinho, convergiram para certa versão doutrinária, introduzindo interpretações, como a da família de Jesus e a virgindade perpétua de Maria. Além disso, adotaram as visões de Paulo, entendendo que as leis mosaicas tinham perdido muito de sua validade diante da nova realidade representada por Jesus, diminuindo a força de trechos do Antigo Testamento, em especial aqueles que obrigam certos hábitos, como vimos, referidos à circuncisão etc. No entanto, reafirmaram a importância de outros livros antigos, como o *Gênesis*. As Igrejas Romana, Ortodoxa, Luterana, Anglicana e Presbiteriana reconhecem a autoridade desses teólogos.

Essa visão conciliatória do Antigo Testamento, que relativiza certos trechos (como a obrigação das leis de Moisés) enquanto torna absolutos outros (como o relato do *Gênesis*) traz os elementos centrais que serão utilizados séculos adiante. Isso pode ser visto nos ataques às novas descobertas da ciência moderna, tomadas como proselitismo de seitas cristãs primitivas, tornadas por heréticas pelos Padres da Igreja. Ao contrariar a leitura literal de livros sagrados, em especial o *Gênesis*, o cientista passaria a suspeito de pretender reabilitar o gnosticismo cristão; de outra forma, o cientista poderia ser considerado apologista do docetismo, no que incorreria em outra heresia.

5 LITERALISTAS COMO EVOLUCIONISTAS

Dentre os opositores do evolucionismo, os criacionistas acreditam não apenas que a Bíblia contém as palavras de Deus, mas que ela seja

a própria palavra de Deus (Alters & Alters, 2001, p. 41). Mais do que um jogo de palavras, isso significa que ela contém a revelação do mundo à humanidade, e não apenas no aspecto moral, mas inclusive do ponto de vista das recomendações sanitárias e mesmo do mundo físico. Dito de outra forma, para entender o mundo e como se comportar nele bastaria ler a Bíblia. Ora, vimos como isso é impossível de ser feito, até mesmo para determinar a data da Páscoa Cristã, a atualidade das leis mosaicas, e a validade de todo o Antigo Testamento.

Mas até mesmo no próprio Antigo Testamento no livro de Isaías, se lido de forma absolutamente literal, há uma profecia que pode ser entendida como uma descrição precisa de evolução das espécies:

O lobo e o cordeiro pastarão juntos, o leão comerá capim como o boi, mas o alimento da cobra será o pó da terra. Em todo o meu monte santo ninguém causará danos ou estragos, diz Javé. (Isaías 65:25, Bíblia Sagrada, 2007)

Ora, há descrição mais objetiva de especiação alopátrica? O leão comerá capim como o boi, se tornará ruminante, assim como o lobo. A dentição deverá se modificar inteiramente, descaracterizando esses carnívoros, que ganharão novos estômagos fermentadores e longos intestinos, criando uma ordem nova de animais, exemplo de macroevolução!

As serpentes passarão por processo ainda mais fantástico, eis que se alimentarão de matéria inorgânica, dispensando toda ação da fotossíntese, compondo uma ecologia totalmente desconhecida. Isso demandaria um novo padrão celular, tornando obsoleta toda a maquinaria enzimática da respiração celular, mudanças muito mais profundas do que as que se deram no primeiro bilhão de anos na Terra!

Como argumentei alhures (Bizzo, 2013, p. 135), a leitura literal “palavra por palavra” desse trecho empobrece tremendamente seu significado, além de colocar os inimigos do evolucionismo em apuros. A teologia católica, por exemplo, interpreta esse trecho como a apresentação da realização do projeto de Deus, antecipando que será um mundo de paz, harmonia e alegria, tema que será retomado no Apocalipse de João. Isaías descreve esse novo tempo como aquele em que crianças não morrerão pequenas e os anciãos terão longa vida, e não haverá guerras e sofrimento humano. Será razoável a leitura desse trecho “palavra por palavra”, o que constrangeria o leitor a se declarar

crente, além do mais, em um evolucionismo fantástico, que nem mesmo os mais retintos darwinistas jamais defenderam?

Outra questão importante refere-se à base conceitual proporcionada pela teoria evolutiva. Admitindo-se relações de parentesco entre todos os seres vivos, pode-se fazer inferências que seriam impossíveis em um mundo no qual cada espécie tivesse uma criação independente. Ao saber certas características de uma espécie ser vivo, é possível inferir as características de seres vivos próximos, desde sua embriologia até detalhes fisiológicos. Sem a teoria da evolução, cada resposta a uma questão, por exemplo, “a espécie X precisa de oxigênio?” dependeria de verificação específica, uma vez que a criação especial tudo permitiria, rendendo impossível uma resposta com base em inferências.

Assim é possível concluir que as doutrinas cristãs da atualidade, nas tradições apostólica romana, ortodoxa, luterana, anglicana e presbiteriana, estão ligadas a um trabalho teológico dos Santos Padres, que estabeleceu linhas divisórias entre a doutrina a ser aceita e as consideradas heréticas, estabelecendo regras hermenêuticas para leitura dos textos sagrados. Isso, em si, traz problemas incontornáveis para quem pretende realizar leitura direta das Escrituras, palavra por palavra. As produções científicas foram frequentemente interpretadas como difusão de valores, crenças e ideais de certas seitas heréticas, por exemplo, o docetismo e o gnosticismo, razão pela qual foram consideradas tão perigosas. O trabalho dos cientistas, mesmo que exercido no estrito limite de suas competências, passou a correr o risco de ser interpretado como apologia de formas de cristianismo já declaradas heréticas. Os evolucionistas, ao sugerir uma leitura metafórica do Gênesis, poderiam ser tidos como hereges gnósticos.

6 NÃO-LITERALISTAS, CIENTISTAS E HEREGES

As leituras do texto sagrado rotuladas como heréticas explicam, em parte, os problemas vividos por Galileu, sobretudo em Florença, com líderes católicos, como o frade dominicano Raffaello delle Colombe (1557-1627), citado em uma das denúncias de Galileu à Inquisição. Ele defendia a inclusão de explicação literal das metáforas e alegorias presentes no texto sagrado nos sermões das missas. Mas ele dizia que, para expressar-se “no sentido místico é necessário engenho,

mas no sentido literal é necessário engenho e doutrina” (Guerini, 2009, p. 45). Em pleno século XVII o pensamento aristotélico, na versão de Santo Tomás de Aquino, tinha sido incorporado pelos católicos, de sorte que “no céu de Aristóteles está refletida a imagem do céu da Igreja” (Guerini, 2009, p. 47).

Em uma obra de 1613 (*Delle prediche sopra tutti gli evangelii dell'anno*) que reúne seus sermões do ano, delle Colombe se queixa dos intérpretes que cometem “Abuso da Escritura”, definidos como “inventores”, e que utilizariam uma excessiva liberdade de interpretação dos textos sacros, sendo preferível a interpretação literal, eis que a “ciência” (*sciienza* no original, escrito em língua toscana) é uma perigosíssima expressão da soberba humana. Ele escreveu que “se a ciência humana não for temperada pela água da sapiência divina, não é outra coisa senão embriaguez”. Em outro sermão, estabelece uma analogia entre os bêbados e os copernicanos, e, em aberto confronto com Galileu, o compara a Protágoras, que nega a existência de Deus, a Averroé, que negara a “Divina Providência”, e a Galeno, que considerava a alma do homem plenamente mortal (Guerini, 2009, p. 53-56), tomando-o por herético.

Galileu, ao adotar o heliocentrismo, enfrentou oposição ferrenha de grande parte do clero, que colidia com o livro de Josué, do Antigo Testamento. Ora nesse livro o profeta ordena o prolongamento da duração do dia, o que era essencial para que uma batalha fosse ganha e mais terras fossem conquistadas, o que Deus teria negado anteriormente a Moisés. Para fazer isso, ele teria parado o Sol – e não a Terra – o que seria uma comprovação de que é o Sol que gira em torno de nosso planeta, e não ao contrário, como afirmavam os heliocentristas. O frade delle Colombe estudara em detalhes astronômicos essa passagem, quando o Sol e a Lua teriam sido paralisados pelas ordens de Josué (10, 12-14), na batalha de Gibeom e o dia durado 24h. Ele discutia como era importante que o Sol e a Lua tivessem o movimento interrompido conjuntamente, como dizia o texto sacro, caso contrário isso teria descoordenado o ciclo lunar (Guerini, 2009, p. 50). Em outras palavras, o relato estaria supostamente de acordo com a astronomia de Ptolomeu e não com a de Copérnico. Afinal, os copernicanos desmentiam até o relato de Mateus, Marcos e Lucas (mas não o de João, como vimos), eis que no batismo de Jesus os “céus se abri-

ram”, o que seria uma clara referência ao sistema ptolomaico das esferas celestes.

Galileu, com seu conhecimento da mecânica celeste ptolomaica, argumentou, que a ordem de Josué só teria sentido no sistema heliocêntrico, pois no ptolomaico a parada da esfera do Sol faria o dia encurtar-se, em vez de alongar-se!

Mais do que isso, desde a conhecida aparição da supernova em 1604 se consolidara uma forte oposição a Galileu (Bizzo, 2012, p. 52-57), entendendo que suas descobertas desautorizavam em absoluto as leituras dos textos sacros sobre o universo (Guerini, 2009, p. 57). Em outro sermão, proferido na Catedral de Florença, a Basílica de Santa Maria Del Fiore, em 8 de Dezembro de 1615, quando a denúncia de Galileu junto à Inquisição já fora encaminhada, delle Colombe afirma que “o engenhoso acadêmico” teria acabado com o antigo adágio romano que dizia que quem procura defeito onde ele não existe deveria buscar mácula no Sol (*Querit maculam in Sole?*), e, tendo-a pretensamente achado, teria colocado mácula em tudo o que era tido por imaculado, como a concepção da Virgem Maria (Guerini, 2009, p. 57). Se gravidez de Santa Ana não fora sem mácula, sua filha (Maria) não poderia ter sido impregnada pelo Espírito Santo, o que negaria a santidade de Jesus. O sermão, em pleno dia da Imaculada Conceição e no principal púlpito de Florença, tinha, sem dúvida, grande valor simbólico e forte impacto popular: o “engenhoso acadêmico” negava a divindade de Jesus – e de Maria – com sua teoria das máculas do Sol!

Na conhecida carta à Grã Duquesa Cristina de Lorena, Galileu tratou do assunto e ressaltou como seria impossível que a Bíblia já possuísse uma descrição de tudo o que há no mundo. Ele se queixava, talvez em alusão aos sermões de delle Colombe, que na “leitura literal das escrituras não há espaço para o engenho humano”. Pois no mesmo ano da carta (1615), os padres dominicanos delle Colombe e Tommaso Caccini (1574-1648), sobretudo este último, tomavam papel ativo na denúncia do astrônomo oficial do granducado Fiorentino ao Santo Ofício de Roma, em 20 de março de 1615 (Guerini, 2009, p. 65). A denúncia incluía questões científicas, sobretudo a oposição do copernicanismo em relação ao texto bíblico, e incluía aspectos do plano pessoal, como a ligação de Galileu a condenados

por heresia, inclusive troca de cartas com o excomungado padre veneziano Paolo Sarpi (1552-1623). O processo levou à condenação do heliocentrismo e à inclusão da obra de Copérnico na lista dos livros proibidos em 1616, depois de um interrogatório pessoal a Galileu, que durou todo o mês de janeiro de 1616. Ele seria preservado até 1633, quando foi submetido a novo processo, dessa vez sob o papa Urbano VIII, quando foram retomadas questões do processo anterior, aplicadas a seu mais recente livro (*Diálogo sobre os dois sistemas do mundo*, 1632). Desta feita, Galileu será condenado, e seu livro proibido, mesmo se consiga escapar de ser queimado vivo, como ocorrera em processo semelhante, a Giordano Bruno.

No entanto, mesmo os literalistas daquele tempo, se apoiavam em Aristóteles e Ptolomeu, demonstrando claramente que os livros da Bíblia poderiam ser interpretados com ajuda de outros escritos. Galileu obviamente colidiu com a ciência aristotélica e nisso angariou ainda mais fúria contra si dos sacerdotes de sua época, como se sua oposição se estendesse à religião católica como um todo, da qual era, diga-se de passagem, ativo praticante. Ironicamente, o padre dominicano.

Assim, a astronomia defendida por Galileu, segundo seus opositores, colocaria em dúvida a divindade de Jesus, proclamada pelos céus ptolomaicos em seu batismo, a divindade da concepção de Maria, ao defender que o Sol tem máculas, e a veracidade do Antigo Testamento, com a vitória de Josué, o sucessor de Moisés, e a conquista da terra prometida, exatamente no único dia em que “Javé obedeceu à voz de um homem” (Josué 10:14, Bíblia Sagrada, 2007). Não há dúvida que esses questionamentos revitalizavam os heréticos docéticos e não é surpreendente que Galileu tenha enfrentado um rigoroso julgamento inicial no qual deveria demonstrar seu conhecimento católico apostólico romano, no qual, aliás, se saiu muito bem, pois era católico, embora não praticante (Boido, 1996, p. 153-174).

Na verdade, Galileu já despertara animosidades com as autoridades religiosas de Florença em sua adolescência, o que preocupava muito sua mãe, Giulia Ammannati. Ela visitava o filho em Pádua, quando ele já era professor universitário naquela cidade, e teria solicitado a um dos hóspedes da casa do filho, que alugava quartos para melhorar sua renda, que a mantivesse informada das atividades religi-

osas de Galileu. No entanto, esse senhor, chamado Silvestro Pagnoni, fez a primeira denúncia de Galileu à Inquisição, em março de 1604, dizendo que nos dezoito meses em que coabitaram ele teria ido à igreja apenas uma única vez, e mesmo assim não para participar da missa, mas para uma audiência com o bispo Antonio Querenghi, que seria satirizado em um manuscrito anônimo no ano seguinte, cuja autoria era atribuída a Galileu, o que certamente era o caso (Bizzo, 2012, p. 63-64).

Além dessa “denúncia” de que ele não se confessava nem comungava, Pagnoni acrescentava outras. Uma delas era a de que Galileu era imoral, pois mantinha relacionamento carnal fora do casamento (Galileu teve três filhos com Marina Gamba, de quem se sabe pouco), realizava mapas astrais com previsões para o futuro e mantinha contato quase diário com Cesare Cremonini (1550-1631). Esta era a parte mais grave da denúncia, pois ele era professor da mesma universidade e vinha enfrentando um processo por heresia junto ao Santo Ofício, desde 1598. No entanto, como o Santo Ofício de Pádua, da mesma forma que a Universidade, estava subordinado à Veneza, o caso foi encaminhado ao governo veneziano, que decretou a extinção do processo contra os dois professores (Bellone, 2009, p. 15-18). Anos depois, em Florença, longe da esfera de poder de Veneza, o caso certamente foi lembrado e em nada ajudou a melhorar a reputação de Galileu junto às autoridades eclesiásticas do Vaticano.

7 A CIÊNCIA MODERNA E A PONTIFÍCIA ACCADEMIA DI RELIGIONE CATTOLICA

A Revolução Francesa trouxe grande abalo para a estrutura católica, e muitos historiadores discutem a maneira surpreendente pela qual o Vaticano conseguiu superar a crise detonada por sua ocasião. Em verdade, até hoje é possível sentir os efeitos desse evento, uma vez que a França foi o primeiro país europeu a ser constitucionalmente laico, e até hoje permanece assim, tendo a seu lado, no continente europeu, apenas um único outro país (Portugal).

Uma das reações do Vaticano foi a criação de uma academia que se dedicasse a defender e difundir os dogmas da doutrina católica. Mantendo encontros mensais regulares, publicados como *Dissertazioni lette nella Pontificia Accademia Romana di Religione Cattolica*. Fundada pelo

padre romano Giovanni Fortunato Zamboni (1756-1850) em 1801, teve suas atividades suspensas durante a invasão francesa, mas retomadas em seguida, em 1815.

Na sessão extraordinária de 2 de julho de 1802, foi lida uma dissertação sobre dois zodíacos recentemente descobertos no Egito, de autoria do abade Domenico Testa (1746-1825). As descobertas de Napoleão no *front* oriental traziam inquietação, eis que novos fatos eram revelados, sendo necessário verificar sua compatibilidade com o relato bíblico. Segundo alguns matemáticos, o “zodíaco de Dendera” trazia a representação do solstício no céu de 4.320 anos atrás; o zodíaco de Henne mostraria um céu ainda mais antigo, de 6.480 anos. Ora, essas cronologias eram absolutamente conflitantes com o relato bíblico. Testa perguntava:

A própria astronomia pode então garantir a extrema antiguidade dos egípcios, que já eram astrônomos à época em que, segundo Moisés, o mundo jazia no nada? (Testa, 1802, p. 5)

A publicação de representações gráficas desses zodíacos provocou grande polêmica no ano de 1802, com as descobertas do Egito colocando a Igreja em situação delicada, diante da defesa da cronologia bíblica literal. No entanto, não havia consenso nem mesmo que o zodíaco fosse uma representação objetiva do céu, havendo aqueles que defendiam uma interpretação astrológica e religiosa (Harrison-Moore, 2002). A conclusão do abade Testa era a de que os egípcios tinham desenhado aqueles zodíacos na época de Ptolomeu, e sabendo realizar cálculos que permitiam desenhar os céus com o efeito da precessão dos equinócios, forjaram testemunhos falsos de longo domínio sobre terras disputadas por outros povos. A esperteza, a impostura e o “caráter arrogante e vão daquela gente”, segundo Testa, fariam de sua tese, antes que um exercício de simples preconceito, uma hipótese “fundamentada e provável” (Testa, 1802, p. 10). De qualquer forma, o Egito passava a ser tomado como testemunha da Bíblia, e quem visita os Museus Vaticanos até hoje percebe que o assunto foi estudado seriamente pela Santa Sé.

No ano de 1821 houve uma sequência de conferências mensais atacando a geologia moderna, em especial suas conclusões sobre a idade da Terra e as consequências para cronologias bíblicas, tendo Domenico Testa como um dos apologistas. Pelos argumentos utiliza-

dos na questão da astronomia, pode-se imaginar a animosidade estabelecida com a comunidade científica. Com o apoio do papa Gregório XVI, que frequentara aquela academia e era amigo pessoal de Zamboni, a academia foi dinamizada em seu papado (1831-1846). Até sua morte, aos 94 anos de idade, Zamboni dedicou-se a publicar ensaios sobre temas doutrinários, em especial criticando as teses materialistas e as ciências. Em seu último livro, publicado postumamente, diz:

Os geólogos pretendem formar o mundo com as suas observações físicas, desmentindo Moisés de quem nem fazem menção. Portanto, o que ocorre com as ciências? (Zamboni, 1850, p. 28)

Em outro trabalho explicitava suas teses contra os fisiologistas, que deixavam de lado as questões referentes ao espírito, atribuindo unicamente à matéria todas as propriedades necessárias e suficientes para o fenômeno da vida. Queria ele combater os “insidiosos e falsos princípios” dos fisiologistas modernos, que seriam três:

Primeiro: A dúvida que a matéria possa pensar por onipotência divina.

Segundo: Os esforços para obscurecer a ideia da alma, e reduzir todas as ciências ao físico do homem.

Terceiro: A base, sobre a qual eles fundam a moral, ou seja o aspecto físico, retirando assim a liberdade das operações humanas. (Zamboni, 1846, p. 3)

Ao tratar o estudo da fisiologia humana, reduzindo-a a fenômenos elétricos e químicos, excluindo a dimensão espiritual, os cientistas estariam criando “paradoxos miseráveis”, que “afligem e humilham a razão” (Zamboni, 1846, p. 21). O pensamento era tido como algo diretamente ligado a deus e não a leis e fenômenos naturais. O trabalho dessa academia tinha sido registrado por geólogos da época, entre eles Giambattista Brocchi (1772-1826), que escreveu em uma separata de um trabalho de 1793 de Domenico Testa uma anotação sugestiva:

A segunda carta de Testa, e a resposta do Ab. Fortis, estão publicadas no Tomo VI das Obras escolhidas. O mesmo mons. Testa no ano de 1821 insinuou à Academia de Religião Acadêmica [sic] situada em

Roma para combater os geólogos modernos durante o ano todo recitando uma memória a cada mês, o que de fato ocorreu. Mas o chapéu ainda não veio. (Brocchi *apud* Bizzo & Oliveira, 2012, p. 299)

Essa anotação, de data incerta, mas seguramente feita entre 1821 e 1825, complementa uma anterior, feita à mesma página, e transmite a percepção de que a atuação da academia de Zamboni era de franco combate da geologia nascente. Ao mesmo tempo, a anotação de que o “chapéu [cardinalício] ainda não veio” é uma indicação de que, ao combater os geólogos, Domenico Testa pretendia ser promovido a cardeal. A academia fundada pelo padre Zamboni foi incorporada pela Pontifícia Academia Romana de S. Tomás de Aquino em 1934.

Assim, em conclusão, pode-se perceber que as questões doutrinárias envolvidas na defesa da literalidade da interpretação do livro do *Gênesis* não foram iniciadas com o evolucionismo, nem mesmo com a Geologia, mas estiveram presentes nas descobertas arqueológicas, na fisiologia etc. antes, portanto, de 1859.

8 EVOLUCIONISMO: MATÉRIA, ESPÍRITO E O GRANDE PÚBLICO

A divulgação científica tem na obra de Anton-Noël Pluche (1688-1761), um padre católico de extração jansenista, uma referência importante. Seu influente livro *Spetacle de la Nature*, publicado em vários volumes a partir de 1732, se nutre dos mais recentes trabalhos dos cientistas e das discussões das academias científicas da época. Adotando um estilo narrativo no qual personagens dialogam, formando uma narrativa de folhetim, mantém, contudo, interpretação alinhada com a doutrina católica. Não se sabe ao certo quantas pessoas tiveram acesso aos livros de Pluche, mas eles foram traduzidos em várias línguas e publicados continuamente por mais de 150 anos, possivelmente atingindo um público de milhões de pessoas no mundo católico europeu.

Assim, o viés religioso na interpretação dos fatos da natureza faz parte de uma longa tradição na Europa católica de meados do século XIX, que receberia as ideias evolutivas de Darwin. No mundo anglicano a tradição não era diferente, eis que se a Teologia Natural de William Paley se firmara desde o início do século e seria matéria obrigatória por quase um século. Seu livro *Natural Theology and Horae Pau-*

line tem grande semelhança com a abordagem de Pluche, mesmo se não adota a atraente exposição na forma de diálogos, mais se parecendo com um compêndio científico. Na segunda parte, se dedica discutir as cartas de São Paulo, inclusive concordando que a chamada *Terceira Carta aos Coríntios* não pode ser adotada como autêntica, e realizando exercícios hermenêuticos a fim de comprovar a compatibilidade dos diferentes fatos narrados nas Cartas e nos Atos dos Apóstolos, diante das aparentes inconsistências cronológicas e fatuais.

Esse contexto é importante para compreender que qualquer autor estaria suficientemente consciente do clima de beligerância entre os dois lados: Zamboni defendia a religião, que dizia estar sendo “atacada”; Brocchi se queixava da maneira como os geólogos eram “combatidos” pelo Vaticano. Darwin não poderia desconhecer esse clima; ao contrário, tomou precauções, a começar pelas epígrafes que selecionou para abrir a primeira edição do *Origem das espécies*.

A primeira delas era de William Whewell (1794-1866), filósofo famoso, ministro anglicano, contemporâneo de Darwin e professor da Universidade de Cambridge, que escrevera um dos famosos *Bridgewater Treatises* (sobre astronomia e física, relacionado-as à teologia natural de Paley). O trecho selecionado dizia:

Mas em relação ao mundo material, nós podemos pelo menos avançar até aqui – podemos perceber que os eventos são trazidos não por interposições isoladas do poder Divino, exercido em cada caso particular, mas pelo estabelecimento de leis gerais. (Whewell *apud* Darwin, 1859)

A outra epígrafe era de Francis Bacon e se referia à conciliação entre os “livros de Deus”, o escrito em palavras e o da criação, o mundo natural, sendo que estudar um é tão importante quanto estudar o outro, sempre com o mesmo fim. Essa abertura, sem dúvida tinha um objetivo bastante claro, eis que ambas trazem referências contrárias ao materialismo, trazendo uma clara posição na questão filosófica e teológica do dualismo matéria e espírito. Darwin dá indicações de que se baseia em autores para quem a matéria não possui todas as propriedades necessárias para explicar a vida, ou seja, que não esposa os “paradoxos que afligem e humilham a razão”. Faz reverência à tradição filosófica, ao citar Bacon, mas demonstra admirar Whewell, que

pretendia ir além de Bacon e já famoso àquela época por sua polêmica com J. Stuart Mill (1806-1873) sobre as limitações da indução.

No entanto, na epígrafe adicionada anos depois, e que está presente na sexta edição do *Origem das Espécies*, de 1872, considerada a versão definitiva, na visão do próprio Darwin, pode ser lido:

O único significado inquestionável daquela palavra [natural] é o que pode ser *determinado, fixado* ou *estabelecido*; visto que o que é natural exige e pressupõe um agente inteligente para conferir-lhe tal condição, isto é, para provocá-lo de forma contínua ou em períodos determinados, enquanto o que é sobrenatural ou milagroso só precisa disto uma única vez. (Butler *apud* Darwin, 1872, p. i)

Esta epígrafe tem um valor simbólico nada desprezível, mesmo que nunca tenha merecido maior atenção por parte dos especialistas. Trata-se de um autor frequentemente confundido com um contemporâneo de Darwin, mas que, na verdade, é muito anterior a ele. Joseph Butler (1692-1752) foi um influente ministro anglicano, que desempenhou funções de estado no reinado de George II e influenciou importantes pensadores liberais, entre eles Adam Smith. Nesse livro, cujo título correto é *Analogy of Religion, Natural and Revealed to the Constitution and Course of Nature*, originalmente publicado em 1736, aparece literalmente a expressão “intelligent design”; o que faz de Darwin pioneiro também no resgate do termo.

Nesse livro, que provavelmente era de leitura obrigatória no curso de graduação de Charles Darwin, o autor se dispõe a utilizar o método cartesiano de dedução a partir de hipóteses, declarando o objetivo de demonstrar como “comprovado, que há um Autor inteligente da natureza, e Governador natural do mundo”, e que isso “tem sido comprovado com frequência com evidências acumuladas” (Butler, 1736, p. 41). O autor chega à conclusão que esse Autor da natureza e Governador do mundo atuou como um *intelligent designer*, mas que esse “projetista” elaborou suas obras diante de certas imposições prévias, a “Necessidade”. Assim, deve-se admitir a possibilidade de mudança na ordem das coisas projetadas, em especial pela ação do ser humano (*Ibid.*, p. 101), mas que “o governo natural do mundo é conduzido por leis gerais” (*Ibid.*, p.118). Isso nos permitia concluir que a mudança deve ser regular e governada por leis gerais.

O trecho do capítulo I destacado por Darwin trata da vida após a morte, e se dedica a investigar as evidências de uma passagem desta vida para outra. A continuação do trecho relatado na epígrafe diz:

E, assim, disso decorre a noção do que uma pessoa considera “natural”, que será ampliada na proporção de seu maior conhecimento dos trabalhos de Deus, e os arranjos de sua Providência. (Butler, 1736, p. 57)

Assim, ao leitor leigo é sinalizado que o dualismo matéria-espírito típico da teologia anglicana foi incorporado ao livro, que pretende ampliar o conhecimento das obras do agente inteligente. Estas têm uma dinâmica, uma rotina de modificações, como seria de se esperar pelo curso normal das coisas desse mundo, que não exige intervenções divinas a cada momento, dada a existência de leis gerais. A partir de um momento miraculoso no qual o Criador soprou a vida em uma pequena poça de água em época remota, o curso natural dos acontecimentos foi guiado por essas leis gerais, descobertas e relatadas no livro. Assim, pode-se perceber que Darwin inseriu uma dica preciosa, um ativo esforço para apresentar seu livro alinhado com a ortodoxia anglicana mais tradicional.

De fato, combinando as três epígrafes, resta uma imagem superficial de um livro extremamente tradicional. As duas epígrafes iniciais são coerentes e certamente traziam uma mensagem velada aos críticos mais sofisticados, ainda mais porque o livro tinha início com uma citação de J. Herschel (1792-1875). No entanto, a terceira epígrafe trazia uma antiga referência anglicana, que se servia de um indutivismo ingênuo, ainda ligado ao infalibilismo, que contrastava com o racionalismo de Whewell, mesmo se, àquela época não fosse tão sedutor quanto o empirismo de Mill.

Essa inflexão – para não dizer retrocesso – pode talvez ser explicada pelo desapontamento de Darwin com os filósofos da ciência de seu tempo, em especial Herschel e Whewell, que não receberam bem seu livro, o que constituiu um grande desapontamento para ele, que admirava muito o trabalho de ambos, tendo provavelmente desenvolvido sua imagem de ciência a partir deles (Abrantes, 2008, p. 51). Do ponto de vista metodológico, Darwin foi criticado por não criado uma teoria indutiva, mas ter-se apoiado no método hipotético-dedutivo (*Ibid.*, p. 48), embora ele tivesse não só consciente, mas

atento, pois foi “sensível aos cânones pregados pelos filósofos da ciência” (*Ibid.*, p. 52). Seja como for, restaria verificar se o conteúdo do livro confirmaria a impressão inicial causada pelo frontispício.

9 O CRIADOR E ATEÍSMO NO *ORIGEM DAS ESPÉCIES*

A primeira edição do livro mais famoso de Darwin apareceu em novembro de 1859 e provocou reações muito fortes, testemunhadas por resenhas ácidas e longas. As críticas provinham de três lados, sendo apenas um deles de cunho religioso. No mundo católico, como vimos, o Vaticano se sentia cada vez mais ameaçado pelas descobertas arqueológicas e científicas, estando longe de uma compreensão mais profunda do concordismo galileano. Nos estritos domínios insulares anglicanos a situação não era menos tensa, e havia um claro conflito entre as universidades tradicionais, como Cambridge e Oxford, nas quais pouco espaço havia para professores e cientistas laicos, Governo e Parlamento. Mas havia críticas – e talvez ainda mais ácidas – de cientistas, alguns dos quais se mantinham confortavelmente na penumbra do anonimato.

No entanto, os três tipos de críticas pareciam se confundir, sendo que as observações de fundo teológico apareciam em roupagem científica ou filosófica. Por exemplo, uma longa resenha escrita por uma conhecida autoridade eclesiástica anglicana, o bispo de Oxford Samuel Wilberforce, se aprofundava em assuntos técnicos, e acrescentava agradecimentos a pesquisadores do Museu Britânico. O tom era por vezes irônico (“será que todas as variedades favoráveis de nabos tendem a se tornar seres humanos?”), por vezes estritamente técnico (por que a mais precisa observação microscópica nunca flagrou a mais elevada alga melhorando na forma do mais baixo Zoófito?).

Wilberforce se refere em seguida à cifra de “306.662.400 anos, ou seja, trezentos milhões de anos”, atribuída por Darwin à uma certa formação calcária do sul da Inglaterra (o Vale de Weald). Citando a ajuda de um renomado geólogo, R. Murchinson, ele dizia que as elucubrações de Darwin se dissolviam completamente diante do fato de estarem baseadas na suposição da ação de um mar antigo, sobre o qual não existia evidência nenhuma. A crítica foi forte o suficiente para levar a modificar o trecho logo na edição seguinte e, na verdade, nunca retornou ao texto até a edição final de 1872.

Na segunda edição uma modificação emblemática pode ser verificada. Darwin acrescentou uma menção a uma carta de um “autor religioso famoso”, que lhe teria assegurado não haver nada de ateísmo em suas teorias. No mesmo trecho, logo adiante, faria uma inserção emblemática, no trecho:

Portanto, eu deveria concluir por analogia que provavelmente todos os seres orgânicos que já viveram na Terra sejam descendentes de uma forma primordial, na qual a vida foi inicialmente soprada (Darwin, 1860, p. 484).

Na segunda edição do *Origem*, publicada apenas seis semanas depois da primeira, esse trecho ganhou um novo fim de frase: “foi inicialmente soprada **pelo Criador**” (Darwin, 1860, sem ênfase no original). Ele foi posteriormente removido, permanecendo simplesmente “todos os organismos tiveram início a partir de uma origem comum” na sexta e última edição, de 1872. Nesta versão final, a referência ao Criador foi mantida em nove trechos, com esse mesmo significado, o que demonstra que não ter havido mudança significativa do autor em relação às referências de Butler, ao contrário. De fato, não havia nada de ateísmo em suas teorias e seu livro bem poderia ser leitura obrigatória no *Christ's College*, onde ele próprio estudara.

10 MATERIALISMO, ATEÍSMO E AGNOSTICISMO

“Darwin era materialista?” Essa pergunta é o título de um interessante artigo, cuja resposta aparece já na primeira linha: “Vou defender que a resposta à questão do título é negativa” (Abrantes, 2009). De fato, o autor tece considerações sobre a maneira como Darwin lida com o dualismo matéria-espírito em sua obra maior, inclusive mantendo distância de cientistas reconhecidamente materialistas. No entanto, dizer que o darwinismo seja plenamente compatível com a religião seria uma afirmação enganadora, dado que ele é associado muito fortemente, ao contrário, com o ateísmo. De maneira a não ampliar demasiadamente o leque temporal da análise, pode-se analisar algo de seus defensores mais próximos, o que dizer de seus colaboradores mais próximos.

Seria desnecessário focalizar em detalhe Alfred Russel Wallace (1823-1913), com sua conhecida prática espiritualista, que, embora

tomasse a seleção natural em alta conta, admitia restrições, sobretudo em relação à espécie humana. A visão dos dois pensadores começou a divergir em 1864, mesmo se as ideias de Wallace a esse respeito não derivassem de suas concepções religiosas, embora, à vista do julgamento de historiadores de meados do século seguinte, elas fossem vistas como “místicas” (Eiseley, 1961, p. 296). De qualquer maneira, as ideias tanto de Darwin como de Wallace passaram a diferir notadamente a partir dessa época, bem como das de Thomas Huxley (1825-1895), outra referência obrigatória no mesmo plano histórico. Uma passagem de suas palestras para operários, na década de 1860, ele abordou especificamente a questão das propriedades da matéria:

Assim, chegamos à conclusão, estranha à primeira vista, que a MATÉRIA constituindo o mundo vivo é idêntica à que constitui o mundo inorgânico. E não menos verdadeiro é o fato de que os poderes ou, em outras palavras, as FORÇAS exercidas pelos seres vivos, todas elas, ou são idênticas àquelas que existem no mundo inorgânico, ou podem ser nelas convertidas; afirmo que precisamente no mesmo sentido que as pesquisas da filosofia física têm mostrado que o calor é conversível em eletricidade, eletricidade é conversível em magnetismo, magnetismo é conversível em força mecânica ou química, e da mesma forma entre si, cada uma delas sendo mensurável na forma da outra – mesmo assim, afirmo que essa grande lei é aplicável ao mundo vivo. (Huxley, 1898, p. 316)

Neste caso, estamos diante de preclaríssimo confronto ao dualismo, uma vez que Huxley assume que a matéria possui propriedades suficientes para explicar todas as suas manifestações. Isso justificava a maneira como ele explicava a geração espontânea, com a descoberta, que tinha eletrizado o mundo científico em 1868, do *Bathybius haeckeli*, que viria a comprovar a visão materialista, diante da contínua geração espontânea de seres microscópicos, mesmo se ela viesse a ser derrubada anos depois (Rupke, 1976). Ernest Haeckel (1834-1919) admitia que havia um filme de protoplasma contínuo nas profundezas do oceano, do Golfo Pérsico, até a Inglaterra, passando pelo Cabo da Boa Esperança e a Ilha de Santa Helena, transformando continuamente matéria inorgânica em formas primitivas de vida. Huxley tinha dúvidas, mas de qualquer forma, uma “massa contínua de escória de matéria viva em redor do globo parecia coroar a visão de mundo materialista” (Desmond, 1997, p. 365).

No ano seguinte, a efervescência do debate atribuía aos evolucionistas materialistas um alinhamento ao positivismo de Auguste Comte, o que Huxley particularmente rejeitava. Mas, para se livrar desse rótulo era necessário encontrar outro; “ateu” definitivamente estava fora de cogitação, por sua conotação de questionamento a Deus, e, ademais, “era uma bandeira vermelha, uma arma política para destruir a base espiritual do privilégio” (Desmond, 1997, p. 373). Mas as repercussões teológicas das descobertas dos evolucionistas em geral, e da geração espontânea do *Bathybius* em particular, questionavam o texto do *Gênesis*. Huxley foi convidado para um jantar, em 21 de Abril de 1869, com autoridades religiosas de diferentes credos, incluindo o arcebispo de Westminster, o depois cardeal Henry Manning (1808-1892). Nesse jantar os debates foram acalorados e foram lembrados os perigosos heréticos “gnósticos do século segundo, que professavam certas centelhas de conhecimento divino. Naquela noite apareceu o termo ‘agnóstico’” (*Ibid.*, p. 374). A palavra parecia perfeita como rótulo discreto de ateísmo, uma vez que era muito melhor daquele tentado anteriormente (*unknowable*), evitava o confronto com a crença em Deus, e, ademais, adiantava de maneira clara a recusa de qualquer tipo de pregação da seita dos heréticos gnósticos, em especial em relação ao livro do *Gênesis*.

Huxley mudaria sua fama rapidamente, deixando de ser visto como “discípulo do diabo”, e seria logo chamado pela imprensa de “Papa” da “Igreja Agnóstica”. O agnosticismo passava a ser um termo que tirava os intelectuais de uma linha de confronto com as religiões pela primeira vez desde a Revolução Francesa (Desmond, 1997, p. 375), e que permitia aos cientistas emergentes a inclusão em uma vanguarda que pretendia fundir a tradição da ética cristã com a beleza da ciência moderna (*Ibid.*, p. 378). Com a eleição de Huxley para a presidência da Associação Britânica (BAAS), o agnosticismo ganhou grande impulso e ele corporificou o perfil ideal de cientista: “Em 1870 a ciência [britânica] era Huxley” (*Ibid.*, p. 377).

Isso ocorria no contexto de um confronto bélico de grandes proporções no continente (a guerra Franco-Germânica, 1870-1871). Haeckel, do outro lado do Canal da Mancha, era representante de um país que possuía uma invejável máquina de guerra, graças aos aportes da ciência, que provava vitórias. Junto com as novas técnicas balísti-

cas, as doenças faziam milhares de vítimas, “na mais sangrenta das guerras” e a ciência se apresentava como a salvação terrena. Isso trazia preocupação para os interesses ingleses e certamente contribuiu para a reforma das universidades, que diminuiu o poder da Igreja Anglicana. O “papa” Huxley advertia os britânicos que a salvação só viria com aportes generosos de ciência nas universidades, ainda dominadas pela igreja. Os anglicanos haveriam de assimilar mais essa derrota, à época em que Darwin lhe fazia uma reverência, homenageando o esquecido reverendo Butler no frontispício da “bíblia da Igreja Agnóstica”.

11 DUALISMO, MONISMO E SOCIALISMO

Haeckel, por seu turno, se tornava a referência darwinista no continente, aliando ousadia invejável, imaginação fértil e uma visão platônica de trabalho empírico. Esses ingredientes eram engenhosamente combinados para produzir premissas, cuja verificação considerava desnecessária ou mesmo inútil, diante de sua sobeja utilidade para deduções destinadas a criar grandes polêmicas, em especial com destacadas autoridades, como Rudolf Virchow (1821-1902), seu antigo professor. Grande médico, deputado de oposição, tomara parte diretamente na Guerra Franco-Germânica chefiando enfermarias no front de batalha, se opunha frontalmente ao pensamento evolucionista, denunciando o falseamento da realidade ao apresentar ao grande público hipóteses e conjecturas como leis eternas da natureza.

A geração espontânea, chamada de geração equívoca nos séculos anteriores e ainda então por alguns, dentre os quais Huxley, tinha sido apresentada ao grande público como comprovada cientificamente no fim da década de 1860. Ela estaria ocorrendo a todo instante no lodo das profundezas oceânicas, e Haeckel tinha exagerado todos os relatos existentes, como vimos. Mas no fim da década o edifício teórico ruíra sem deixar nem uma única coluna em pé. A máxima de Virchow para a teoria celular “*omni celulae ex célula*” (“toda célula provém de outra célula”), publicada em 1855, tinha posto por terra as ideias vitalistas que atribuíam a origem das células a certo líquido com forças especiais (o “citoblastema” de Schwann). Ao estender a doutrina, tinha chegado a “*onme vivum ex ovo*” (“todo ser vivo provém de um ovo”), que tinha sido desacreditado com as “descobertas” da geração

espontânea, mas agora, depois de esclarecidos os equívocos, fora reabilitado. Isso agora colocava o credo agnóstico e o próprio evolucionismo em apuros. Mas Virchow ia além e exigia que a evolução não fosse ensinada nas escolas, uma vez que não teria apoio em provas. Além de Haeckel, Huxley respondeu diretamente a ele:

Se a “falta de provas” pode ser aplicada em grau comparativo, por qual fator teríamos de multiplicar a imperfeição das evidências da evolução para alcançar o nível da criação especial; ou a que fração o valor das evidências em favor da ininterrupta sucessão da vida deveria ser reduzida a fim de igualar aquela das do dilúvio? (Huxley, 1879, p. xvi)

Em seguida, Huxley responde a ironia de Virchow sobre as “descobertas” no lodo oceânico dizendo que aqueles resultados falavam mais por si próprios do que passagens bíblicas, citando as “conquistas linguísticas” da jumenta de Balaão (que conversa com seu dono em Números 2: 28-30) e da obediência do Sol e da Lua aos comandos de “uma horda de hebreus sedentos de sangue” (referência ao episódio de Josué 10:12-14) (Huxley, 1879, p. xvi).

Haeckel, por seu turno, faz a réplica ao pronunciamento do Virchow no 15º. *Encontro de Médicos e Naturalistas*, em Munique, em 22 de setembro de 1877, que tinha por título “Liberdade da ciência no estado moderno”, dizendo que três grandes teorias sintetizariam a posição dos cientistas de então:

I- Monismo, a teoria universal de desenvolvimento ou a hipótese monista da geração (“progenesis”), que é a única teoria científica que possibilita uma interpretação racional de todo o universo, e satisfaz o incontido desejo da razão humana por causalidade, trazendo todos os fenômenos naturais para uma conexão mecânica causal, como partes de um grande processo uniforme de evolução.

II- A teoria da transmutação, ou descendência, o elemento indispensável para a hipótese monista do desenvolvimento, porque é a única teoria científica que explica racionalmente a origem das espécies orgânicas.

III- A teoria da Seleção ou Darwinismo é, até o presente momento, a mais importante das várias teorias que buscam explicar a transforma-

ção das espécies por princípios mecânicos, mas que não é, de forma alguma, a única. (Haeckel, 1879, pp. 4-5)

Fica claro que Haeckel, ao defender o darwinismo estava, na verdade, indo além disso, e tirando algum proveito próprio, haja vista a posição de destaque de uma versão pessoal de monismo inspirada em Spinoza e Goethe, deixando em segundo plano a teoria apresentada por Darwin. Haeckel define, nessa mesma publicação, Virchow como “Dualista” e a si próprio como “Monista”, e lhe faz um ataque pessoal, acusando-o de apenas ter folheado rapidamente o livro de Darwin, para então destilar um ataque sem fundamento, utilizando a imprensa para repercutir suas opiniões, o que era muito conveniente para um deputado da oposição (Haeckel, 1879, p. 17). E Virchow obteria sucesso:

Dois ministros da Instrução dos dois maiores estados alemães acolheram com reconhecimento esse conselho dado pelo chefe do Partido Progressista, proibiram o ensino das teorias darwinistas. (Haeckel, 1908b, p. 37)

E mais, Virchow tinha declarado “que tinha achado as únicas bases sólidas do ensino na religião da Igreja” (Haeckel, 1908b, p. 55). De fato,

[...] o Governo e o Reichstag (parlamento eleito por voto direto) se esforçam por aplanar os caminhos aos jesuítas e chamar para as escolas a influência, a mais perniciosa, desses inimigos mortais do espírito livre alemão. (Haeckel, 1908b, p. 67)

O debate se dava, na década de 1870, diante de um cenário político conturbado, no qual havia o risco de o ensino da teoria da evolução ganhar algum tipo de restrição no parlamento do jovem e poderoso Império Alemão, não propriamente por suas premissas ou conclusões, mas por uma suposta conotação política, como de fato ocorreu, pelo menos na Prússia e Baviera. Em seu discurso, depois estampado em jornais de Berlim e Viena, o agnóstico Virchow dizia que os socialistas tinham acolhido tão bem as ideias evolucionistas que, se essa doutrina biológica não fosse proibida, a juventude logo seria envenenada com as ideias revolucionárias que granjeavam nos países vizinhos, em uma provável alusão à Comuna de Paris (de 1871). A

resposta de Haeckel ia no sentido de tranquilizar o *kaiser*, diante da escalada de movimentos operários em suas numerosas indústrias:

[...] o Darwinismo é tudo menos socialista! Se essa hipótese inglesa for comparada a alguma tendência política bem definida – o que sem dúvida é possível – essa tendência pode ser apenas aristocrática, certamente não democrática e menos do que tudo socialista. A teoria da seleção ensina que na vida humana, como na vida animal e vegetal em todo lugar, e em todos os tempos, apenas uma pequena minoria escolhida pode existir e florescer, enquanto uma enorme maioria passa fome e morre miseravelmente e mais ou menos prematuramente. (Haeckel, 1879, p. 93)

Duas décadas depois, o debate avançara no sentido de se cristalizar um consenso em torno da evolução, mas criando uma dúvida sobre a real possibilidade dos mecanismos propostos para explicá-la. As ideias de Haeckel contrastavam com as de outro darwinista alemão, August Weismann (1834-1914), que comprovara experimentalmente a impossibilidade da herança das características adquiridas na década anterior, uma ideia cara a Darwin. Tomando o exemplo do aperfeiçoamento dos animais domésticos, dizia em sua conferência de 1892: “O adestramento tornou-se instinto, um exemplo irrefutável da hereditariedade das características adquiridas” (Haeckel, 1908a, p. 17). Com o sucesso popular de Lord Kelvin e seus cálculos sobre o esfriamento do planeta, que renderiam poucos milhões de anos disponíveis para a vida na Terra, a seleção natural enfrentava uma enorme onda de descrença como motor da evolução, que tornou os anos ao redor da virada do século verdadeiro “eclipse do darwinismo”, como o chamou Julian Huxley – expressão tomada por Peter Bowler (1985) para título de um livro sobre o período.

Nos anos finais de vida, Haeckel continuará defendendo a evolução dos ataques da religião, em especial do “papismo ultramontano” e suas últimas conferências versarão exatamente sobre o tema “Religião e Evolução” (Haeckel, 1908b). Já com combalida saúde, o cientista alemão realizou três conferências na Universidade de Berlim, em abril de 1905, que repercutiam na imprensa católica e luterana, apontando-o como o paladino da evolução, tida como um agente de destruição da religião e, conseqüentemente, da sociedade. Seu tom é candente e destemido, e se dirige especialmente aos jesuítas. A questão central,

reconhece ele, se dá em relação à origem do homem, que contraria os dogmas religiosos cristãos; numa nota interessante, ele ensina que o primeiro tradutor alemão do *Origem das Espécies* ficara chocado com a frase final “Luz será lançada sobre a origem do homem e sua história”, pois “simples e inocente frase pareceu de tanta gravidade ao primeiro tradutor alemão Bronn, que a suprimiu” (*Ibid.*, p. 44).

Os movimentos operários acabaram por ser contidos, à custa da implantação do mais moderno sistema previdenciário da época, sem que o darwinismo fosse culpado por incitar as massas. No Império Alemão, sucessor do Sacro Império Romano, que tinha como lema nacional “Gott mit Uns” (“Deus conosco”) a “hipótese inglesa” se confundia com a “bandeira vermelha”, a “arma política” do ateísmo, capaz de destruir a “base espiritual do privilégio”, para usar a expressão de Desmond. Quanto a Haeckel, continuava defendendo um laço entre ciência e religião, sob a bênção de um “Deus monista, considerado como ente universal, abrangendo o Cosmos inteiro – o *Deus Natura* de Spinoza e Goethe” (Haeckel, 1908b, p. 120).

12 CONCLUSÃO

Este artigo tem a pretensão de realizar uma rápida incursão sobre temas polêmicos, buscando evidenciar que tanto evolucionistas quanto seus críticos mais ácidos possuem diversos pontos em comum. A justificativa de que o criacionismo literalista (Alters & Alters, 2001, p. 41-42) se baseia objetivamente nas Sagradas Escrituras, em uma leitura literal, palavra por palavra, é insustentável. A religião cristã, em suas diversas correntes, depende, desde seus primórdios, de interpretações e consensos, inclusive para conciliar trechos conflitantes dos textos que consideram sagrados. A recomendação de “leitura literal” do texto fez parte de recomendações teológicas em diferentes tempos, as quais, no entanto, apontavam para uma exegese mais conservadora do texto. No século XIX o Vaticano empreendeu esforços importantes para procurar manter suas interpretações do texto bíblico válidas diante das descobertas de diferentes ciências, inclusive da arqueologia.

A denúncia de teorias contrárias à fé esteve ligada a diversas particularidades do momento político de cada época. O pano de fundo dessas acusações se confundia com suposto proselitismo de valores e

crenças de seitas cristãs condenadas no passado como heréticas. Tanto as descobertas de Galileu quanto as de Darwin continham elementos que poderiam lembrar, mesmo que involuntariamente, os cristãos docéticos e gnósticos. De fato, o agnosticismo foi cunhado deliberadamente como uma forma de aplacar tais críticas de heresia, ao mesmo tempo em que se mantinha distância segura de valores e crenças de movimentos políticos ligados à contestação das estruturas de poder.

Mesmo se Huxley e Haeckel tenham se empenhado em ataques explícitos a grupos e autoridades eclesiásticas de seu tempo e a ridicularizar textos sagrados, o maior alvo de ataques religiosos tradicionalmente é Charles Darwin. Como vimos, até a última edição de seu maior livro, *Origem das Espécies*, a figura do Criador está presente, assumindo papel primordial no estabelecimento da vida na Terra, o que deixa Darwin fora do campo do materialismo. O combate ao evolucionismo esteve, em certos momentos, sobretudo na Alemanha de Haeckel, ligado a alianças políticas e grupos de pressão, na qual cientistas e políticos negociavam o apoio de setores da Igreja a fim de enfrentar períodos de instabilidade política.

O evolucionismo, como construto científico, deve se amparar em evidências e se expor à crítica constante. O criacionismo, mesmo em suas versões mais sofisticadas, alinhadas com o *intelligent design*, há que reconhecer sua essência religiosa e dogmática, que emerge de certas interpretações e consensos, típicos da organização cristã desde seus primórdios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, Paulo C. C. Aspectos metodológicos da recepção da teoria de Darwin. *Ciência e Ambiente*, **36** (1): 37-56, 2008.
- . Darwin foi um materialista? *Ciência Hoje*, **261**: 50-55, 2009.
- ALTERS, Brian J.; ALTERS, Sandra M. *Defending evolution*. Sudbury, MA: Jones & Bartlett Publishers, 2001.
- ASLAN, Reza. *Zealot: the life and times of Jesus of Nazareth*. New York: Random House, 2013.
- BELLONE, Enrico. *Galilei e l'abisso: un racconto*. Torino: Codice Edizioni, 2009.

- BÍBLIA SAGRADA. Edição pastoral. 63. imp. São Paulo: Ed. Paulus, 2007.
- BIZZO, Nelio; OLIVEIRA, Jeferson. Giambattista Brocchi (1772-1826) e as paleoheteromorfas na alvorada do século XIX. *Filosofia e História da Biologia* 7(2): 281-303, 2012.
- BIZZO, Nelio. *Pensamento científico: a natureza da ciência no ensino fundamental*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- . Evolução biológica e religião. Pp. 133-136, in: ARANTES, Valeria A. *Ensino de Ciências: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2013.
- BOIDO, Guillermo. *Noticias del planeta tierra: Galileo Galilei y la revolución científica*. Buenos Aires: A Z Editora, 1996.
- BOWLER, Peter. *The eclipse of Darwinism: anti-darwinian theories of evolution in the decades around 1900*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.
- BUTLER, Joseph. *Analogy of religion, natural and revealed to the constitution and course of nature*. London: James, John and Paul Knapton, 1736.
- DARWIN, Charles R. *Origin of Species*. In: BORDALEJO, Barbara. *Online Variorum of Darwin's Origin of Species Variorum text*. Disponível em: <<http://darwin-online.org.uk/Variorum/index.html>>. Acesso em 03 novembro 2013.
- DESMOND, Adrian. *Huxley: from Devil's disciple to evolution high priest*. Reading, Mass: Addison-Wesley, 1997.
- EHRMAN, Bart D. *Peter, Paul and Magdalene: the followers of Jesus in history and legend*. New York: Oxford University Press, 2006.
- EISELEY, Loren. *Darwin's century*. New York: Double Day & Co., 1961.
- GALILEI, Galileu. *Ciência e fé [1615]*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- GUERINI, Luigi. *Galileo e la polemica anticopernicana a Firenze*. Firenze: Edizioni Polistampa, 2009.
- HAECKEL, Ernst. *Freedom in science and teaching*. New York: D. Appleton, 1879.
- . *O monismo: laço entre a religião e a ciência*. Porto: Livraria Chardon, 1908 (a).
- . *Religião e evolução*. Porto: Livraria Chardon, 1908 (b).
- HARRISON-MOORE, Abigail. *Voyage: Dominique-Vivant Denon*

- and the transference of images of Egypt. *Art History*, **25** (4): 531-549, 2002.
- HUXLEY, Thomas. Prefatory note. Pp. x-xxi, in: HAECKEL, Ernst. *Freedom in science and teaching*. New York: D. Appleton, 1879.
- . *Darwiniana: essays by T.H. Huxley*. New York: Appleton & Co, 1898.
- JONES, Jeffrey M. In U.S., 3 in 10 say they take the Bible literally. *Gallup News Service*, July, 8, 2011. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/148427/Say-Bible-Literally.aspx>>. Acesso em 2 novembro 2013.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. 7 vols.
- PALEY, William. *Natural Theology* [1809]. New York: American Tract Society, s/d.
- ROBINSON, James M. (ed.). *The Nag Hammadi Library*. New York: E. J. Brill, 1988.
- RUPKE, Nicolaas A. *Bathybius haeckelii* and the psychology of scientific discovery: theory instead of observed data controlled the late 19th century “discovery” of a primitive form of life. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, **7**(1): 53-62, 1976.
- TABOR, James D. *The Jesus dynasty: the hidden history of Jesus, his Royal family, and the birth of Christianity*. New York: Simon & Schuster, 2006.
- TESTA, Domenico. *Dissertazione dell'abate Domenico Testa sopra Due Zodiaci novellamente scoperti nell'Egitto letta in una adunanza straordinaria dell'Accademia di Religione Cattolica Il di 5 luglio 1802*. Roma: Stamperia dell'Accademia, 1802.
- ZAMBONI, Giovanni F. *Saggi di memorie apologetiche della religione lette nell'Accademia di Religione Cattolica di Roma*. Genova: Stamperia Casamara, 1846.
- . *Breve trattato sopra lo studio della religione*. Todi: Raffaello Scalabrini, 1850.

Data de submissão: 20/11/2013

Aprovado para publicação: 07/12/2013